

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No âmbito da intitulada Declaração Conjunta, assinada a 30 de abril de 2016, entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores, foi acordada uma candidatura ao “Plano Juncker” do Porto da Praia da Vitória.

Em maio deste ano, questionamos, por escrito, o Governo sobre o ponto de situação desta candidatura, designadamente, quais os investimentos previstos e a respetiva calendarização, sendo que até agora não obtivemos qualquer resposta. Ou seja, passados quatro meses.

O Governo desrespeita a Assembleia, porque ultrapassou o prazo regimental (trinta dias) e cria dúvidas sobre a existência de alguma candidatura para o Porto da Praia.

O Porto da Praia da Vitória é uma infraestrutura de cariz geoestratégico e geopolítico revelante para Portugal.

Foi elaborado em 2015, pelo Governo Regional, um Plano de Revitalização da Ilha Terceira com medidas sociais e económicas, com vista a fazer face à diminuição do contingente militar Norte-Americano, que em suma corresponde a um agrafar de promessas não cumpridas ao logo dos últimos 10 anos.

Se as medidas tivessem sido cumpridas a economia da Ilha não estaria tão frágil e poderia absorver este impacto negativo.

Este plano exige do Governo da República medidas de responsabilidade direta e indireta num valor superior a 200 milhões de euros.

Uma delas refere a dinamização das instalações portuárias do Porto da Praia da Vitória, com uma dotação de 77 milhões de euros, da responsabilidade direta do Governo da República.

A 30 de abril de 2016 foi assinada a Declaração Conjunta entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores para se criarem as condições com o objetivo de se efetivar uma candidatura ao “Plano Juncker” no âmbito das “Autoestradas do Mar”.

Este intuito, durante muito tempo, foi publicitado várias vezes pelo Governo Regional dos Açores, pelos Deputados do PS e pelo atual Governo da República.

Ora, existem também declarações públicas sobre um estudo estratégico que vai identificar oportunidades de negócio do Gás Natural Liquefeito (GNL) e potenciais entrepostos a criar em Portugal e um Hub na Praia da Vitória.

Importa que o Governo da República passe das palavras aos atos, pois mais uma vez, e após dois anos de governação com muita publicidade sobre o Porto da Praia da Vitória, a verdade é que não se tem conhecimento de nenhum estudo nem da candidatura ao “Plano Juncker”, aliás a prova reside na falta de resposta do Governo ao Parlamento.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os subscritores do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, solicitam ao Governo, através da Ministra do Mar os seguintes dados:

Requeremos o estudo estratégico do Governo que identifica as oportunidades de negócio do Gás Natural Liquefeito (GNL) e potenciais entrepostos a criar em Portugal e que contempla as Regiões Autónomas.

Palácio de São Bento, 21 de setembro de 2017

Deputado(a)s

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

BERTA CABRAL(PSD)